

Migração e precarização do trabalho: compreendendo a interseção entre categorias sociais

Migration and precarious work: Understanding the intersection between social categories

Loeste de Arruda-Barbosa¹, José Maria Marques Melo Filho², Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca³

DOI: 10.1590/2358-28982025E210458P

RESUMO O Brasil tem recebido um importante fluxo de imigrantes do Sul Global, em grande parte composto por mulheres que se inserem em redes de trabalho precarizado. Objetivou-se refletir sobre a precarização do trabalho no contexto da migração Sul-Sul, considerando a interseção entre gênero, raça-etnia e classe social na determinação de subalternidades e iniquidades. Ensaio reflexivo e argumentativo estruturado a partir de dois núcleos de sentido: i) a revisão conceitual, que recupera definições a partir de obras seminais; e ii) a análise crítica de artigos selecionados por sua relevância e atualidade no campo dos estudos migratórios e feministas. Os resultados revelaram que a precarização do trabalho dessas mulheres não se restringe a uma questão econômica, mas reflete desigualdades históricas e estruturais profundamente marcadas por interseccionalidades que reforçam ciclos de marginalização e desigualdade. A xenofobia, o racismo e o sexismo atuam em articulação com a classe social, originam e perpetuam subalternidades e iniquidades tanto no trabalho quanto na vida. A abordagem interseccional é potente para compreender múltiplas opressões que perpetuam a exploração das mulheres imigrantes no contexto da migração Sul-Sul no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE Mercado de trabalho. Estudos de gênero. Migração humana. Classe social. Enquadramento interseccional.

ABSTRACT Brazil has received a significant influx of immigrants from the Global South, largely composed of women who are part of precarious work networks. The aim was to reflect on the precariousness of work in the context of South-South migration, considering the intersection between gender, race-ethnicity and social class in determining subalternity and inequities. Reflective and argumentative essay structured around two cores of meaning: i) conceptual review, which recovers definitions from seminal works and ii) critical analysis of articles selected for their relevance and current status in the field of migration and feminist studies. The results revealed that the precariousness of these women's work is not restricted to an economic issue but reflects historical and structural inequalities deeply marked by intersectionalities that reinforce cycles of marginalization and inequality. Xenophobia, racism and sexism act in conjunction with social class to create and perpetuate subalternity and inequities both at work and in life. Intersectional approach is powerful for understanding multiple oppressions that perpetuate the exploitation of immigrant women in the context of South-South migration in Brazil.

KEYWORDS Job market. Gender studies. Human migration. Social class. Intersectional framework.

¹Universidade Estadual de Roraima (UERR) – Boa Vista (RR), Brasil.
loeste.arruda@gmail.com

²Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc) – Fortaleza (CE), Brasil.

³Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo (SP), Brasil.



Introdução

A precarização nas relações de trabalho tem se ampliado no atual modelo de economia globalizada, provocando transformações na lógica deletéria de reprodução do capital. A mobilidade no trabalho, intensificada por processos de desregulamentação e flexibilização, acompanha a circulação crescente de pessoas em escala internacional. Nesse cenário, os movimentos migratórios se tornam elementos centrais para suprir demandas de setores produtivos que dependem de mão de obra barata e facilmente substituível. A imigração, particularmente nos países do Sul Global, reflete uma dinâmica de deslocamentos motivados não apenas por crises políticas e humanitárias, mas também por desigualdades estruturais do próprio sistema capitalista, que segmenta e hierarquiza trabalhadores por meio de relações conjunturais que perpassam por interseções que permeiam nacionalidade, classe social, raça-etnia e gênero.

O uso da força de trabalho imigrante do Sul é uma das alavancas do capitalismo do Norte que provoca a desvalorização da força de trabalho, particularmente a asiática, a africana e a latino-americana, no interior da divisão internacional do trabalho. Os fluxos migratórios Sul-Sul, atualmente, não têm o peso dos fluxos Sul-Norte, mas se encontram em crescimento contínuo, especialmente para populações de refugiados e de deslocamentos forçados. Muitos desses fluxos têm o Sul como destino em razão da proximidade geográfica ou mesmo como alternativa de passagem para possibilitar a meta mais almejada de um dia poder entrar no Norte, onde os ganhos (diretos e indiretos) costumam ser, em média, mais altos^{1,2}.

Há diferenças marcantes, contudo, no tipo de imigrante que pode se colocar bem no mercado de trabalho no Brasil, a imigração bem recepcionada é aquela qualificada e vinda do Norte Global^{1,3}. Por outro lado, os imigrantes oriundos dos países do Sul Global, ao chegarem ao Brasil, enfrentam frequentemente

inserção laboral precária, com menos acesso a direitos trabalhistas, informalidade e maior vulnerabilidade social. Essa precarização do trabalho imigrante, atravessada por desigualdades de classe, raça-etnia e gênero, revela-se como a globalização neoliberal, reforçando assimetrias históricas e impondo novas formas de exploração para aqueles que se deslocam em busca de melhores condições de vida⁴⁻⁷.

Desse modo, dada a vulnerabilidade do imigrante dentro da classe trabalhadora, por ser estrangeiro; ter determinada origem; etnia; religião; não portar documentos; e estar em grande número a exploração de seu trabalho se torna mais predatória. Isso provoca várias consequências, como acesso a ocupação de postos de trabalho simples e braçais, muitas vezes incompatíveis com a qualificação do trabalhador, contratos atípicos e temporários, jornadas exaustivas e restrição ou ausência de direitos. Os donos do capital tendem a recorrer a essa força de trabalho para reduzir custos com manutenção, reprodução e aposentadoria ao mesmo tempo que se beneficiam de uma força de trabalho precarizada e discriminada².

O Brasil tem uma longa tradição como nação historicamente receptora de migrantes. Nas últimas décadas, tem sido destino de diferentes fluxos migratórios, marcados por particularidades e desafios distintos. A imigração boliviana, por exemplo, ganhou força a partir dos anos 1980, com forte presença em São Paulo, particularmente no setor têxtil, onde muitos trabalhadores ainda enfrentam a informalidade e condições de trabalho precárias. Já no início da década de 2010, o País passou a receber um número crescente de haitianos, impulsionados pelo devastador terremoto daquele ano, que deixou milhões de desabrigados. Muitos deles ingressaram pelo estado do Acre e se espalharam pelo território brasileiro em busca de melhores condições de vida, embora tenham encontrado dificuldades relacionadas com a regularização e a inserção no mercado de trabalho⁸⁻¹⁰.

Atualmente, o Brasil vivencia mais uma expressiva onda migratória com a chegada

de venezuelanos, forçados a deixar seu país devido à crise política e socioeconômica que vem se agravando a partir de 2015. Esse fluxo migratório impacta diretamente o estado de Roraima, principal porta de entrada para essa população, que atravessa a fronteira diariamente em busca de refúgio e oportunidades de trabalho. As mulheres têm sido em grande número, mudando o perfil clássico de imigração de homens em busca de melhores condições de trabalho que no país de origem⁶.

Com base no exposto, esse ensaio tem o objetivo de refletir sobre precarização do trabalho no contexto da migração Sul-Sul, com enfoque na imigração de mulheres venezuelanas para o Brasil, considerando a interseção entre gênero, raça-etnia e classe social na determinação social das subalternidades e consequentes iniquidades a que são submetidas.

Material e métodos

Referencial teórico-filosófico

Gênero, classe social e raça-etnia são categorias sociais potentes para compreender a construção e a reprodução das identidades individuais e coletivas, determinando as relações sociais entre sujeitos e grupos, bem como as dinâmicas institucionais. Embora possam ser analisadas separadamente, é fundamental considerá-las de forma integrada, uma vez que a produção e a reprodução social dos indivíduos e grupos ocorrem a partir da interconexão entre esses elementos^{11,12}.

Advinda do feminismo negro^{13,14}, a teoria da interseccionalidade tem buscado analisar os fenômenos sociais a partir de marcadores sociais da diferença advindos das categorias gênero, classe social e raça-etnia. Trata-se de uma abordagem que inaugura uma nova vertente teórico-metodológica que busca analisar a complexidade e a irreduzibilidade de um marcador social da diferença sobre o outro. Os marcadores são definidos como construções

sociais anteriores à existência dos sujeitos, os quais se articulam produzindo maiores ou menores inclusões ou exclusões, dependendo, para tanto, de uma série de elementos sociais

[...] permitem assim, a ampliação da compreensão das iniquidades, pela possibilidade de incluir as formas complexas pelas quais os marcadores sociais se relacionam e se reforçam mutuamente¹⁵.

De acordo com Hankivsky e Bowleg citados por Oliveira¹⁵:

A interseccionalidade é promissora, pois sublinha que 'o todo' da discriminação sofrida por uma pessoa é complexo e maior que a soma das partes. Por conseguinte, pode-se considerar que a interseccionalidade é uma abordagem teórica e metodológica para compreender as desigualdades sociais e propor ações políticas para combatê-las.

Assim,

[...] a abordagem interseccional considera que nenhuma diferença deve ser reduzida a um único sistema classificatório, a fim de não perder a força da articulação que propõe para os marcadores sociais da diferença, para assim compreender as várias dimensões das desigualdades que conformam e influenciam as posições sociais, as experiências dos sujeitos e as relações de poder que estabelecem na sociedade¹⁵.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho se caracteriza como um ensaio reflexivo e argumentativo. Esse tipo de produção analisa criticamente um tema, articulando conceitos teóricos, evidências e interpretações, com base na literatura científica pertinente. Diferencia-se de revisões de literatura por não adotar metodologias rigidamente sistematizadas para seleção de fontes. Sua construção

se fundamenta, sobretudo, na *expertise* dos autores, que selecionam os materiais mais relevantes, incluindo estudos clássicos e contemporâneos, guiados por sua experiência no campo de conhecimento em tela.

Nesse sentido, a elaboração deste ensaio foi orientada por meio de uma perspectiva dialética em que articula os conceitos e suas correlações para compreender a realidade. As análises empreendidas basearam-se em associações e/ou analogias, sem, no entanto, submeterem-se ao formalismo da técnica científica tradicional. Tal escolha metodológica tem como objetivo promover uma compreensão mais crítica e abrangente dos fenômenos¹⁶.

Em termos metodológicos, empiricamente, este texto se encontra estruturado a partir de dois núcleos de sentido: i) a revisão conceitual, que recupera definições fundantes sobre interseccionalidade, gênero, classe e raça-etnia a partir de obras seminais; e ii) a análise crítica de artigos selecionados por sua relevância e atualidade no campo dos estudos migratórios e feministas. A seleção das fontes, ainda que não sistemática, priorizou: estudos recentes (últimos cinco anos) com alto impacto acadêmico; clássicos consagrados; e obras respaldadas pela experiência dos autores no tema. Complementarmente, incorporaram-se dados empíricos sobre migração feminina no Brasil, com ênfase em Roraima, para ilustrar as discussões teóricas.

Resultados e discussão

Mulher e imigração: impactos do gênero na inserção no trabalho e nas condições laborais

Para compreender o fenômeno migratório em relação às mulheres, inicialmente, cabe uma reflexão centrada no feminino, com enfoque na categoria gênero, uma vez que as relações de gênero são socialmente hierarquizadas e se estabelecem com base nas diferenças sexuais,

muitas vezes antecedendo ou permeando todas as demais relações sociais. Isso ocorre porque a diferença sexual define limites e possibilidades desde o início da vida, hoje, inclusive, antes mesmo do nascimento. É provável que, em muitas sociedades, haja antes o reconhecimento do gênero que das demais diferenças, por exemplo, de raça-etnia ou classe social. No entanto, é certo que todas essas categorias sociais: gênero, geração, classe social e raça-etnia, estão profundamente entrelaçadas na construção tanto das subjetividades como das coletividades, determinando experiências e posições no mundo de maneira interdependente e complexa¹².

A partir da década de 1970, especialmente nos Estados Unidos da América, emergiram os estudos sobre gênero e antropologia feminista, trazendo contribuições significativas ao se basearem em investigações de contextos sociais variados. Essas pesquisas ajudaram a consolidar o conceito de gênero como uma categoria relevante para a análise social ao mesmo tempo que evidenciaram a complexidade das relações sociais. Com isso, o conceito de gênero passou a ser entendido como um elemento essencial para compreender as dinâmicas da sociedade¹⁷.

Acrescenta-se, ainda, que a categoria gênero diz respeito às construções sociais, culturais e linguísticas que definem as diferenças percebidas entre pessoas de sexos diferentes. Essa abordagem analítica possibilita compreender que as desigualdades de gênero não são resultado de características biológicas, mas são socialmente determinadas. Em outras palavras, gênero se refere às relações que se constroem entre os sexos dentro da sociedade, distinguindo o sexo biológico do social. Enquanto o primeiro envolve aspectos anatômicos e fisiológicos, o segundo diz respeito às normas e expectativas impostas pelas diferentes sociedades ao longo da história. Contudo, a tentativa de separar o biológico do social pode dificultar a compreensão dos processos que moldam essas relações, dado que esses elementos se encontram completamente interligados e dependentes¹².

Sob a égide do androcentrismo ou do patriarcado, os papéis de gênero são reafirmados constantemente na vida cotidiana tanto no âmbito público como no privado. Na divisão social do trabalho, esses papéis reforçam a ideia de que as diferenças biológicas entre os sexos resultam em desigualdades, naturalizando a ideia de que a mulher é inferior e submissa enquanto o homem detém a supremacia e os privilégios¹⁷.

Em relação às mulheres migrantes, o avanço teórico ocorreu paralelamente à expansão dos estudos feministas e em sintonia com pesquisas sobre migrações internacionais. A articulação entre teorias feministas e estudos migratórios permitiu tirar da invisibilidade o protagonismo das mulheres nesse fenômeno na perspectiva de gênero¹⁸.

Dessa forma, no contexto da migração, é crucial compreender as dinâmicas de gênero, principalmente no que diz respeito ao trabalho. Mulheres imigrantes enfrentam desafios específicos que resultam do entrelaçamento entre questões de gênero com classe social e raça-etnia, que podem afetar diretamente a sua inserção no mercado de trabalho e as condições de trabalho. A análise dessas questões é necessária para compreender as condições laborais das imigrantes, uma vez que as questões de gênero e suas interseções podem se intensificar nas situações desfavoráveis, levando a um aumento da precarização e da vulnerabilidade social dessas mulheres.

O paradigma dominante para interpretar as migrações femininas as vincula diretamente à demanda e à inserção no mercado de trabalho em funções associadas à reprodução dos papéis de gênero. Essa perspectiva contribui para que as mulheres ocupem prioritariamente o setor do cuidado, como empregadas domésticas, babás, enfermeiras e cuidadoras de idosos. Além disso, as expectativas sociais sobre o papel feminino no cuidado e na execução de tarefas domésticas fazem com que essas trabalhadoras sejam frequentemente direcionadas a empregos informais, mal remunerados e desprovidos de garantias trabalhistas¹⁸.

Em Roraima e, particularmente, na cidade de Boa Vista, observa-se uma presença significativa de mulheres imigrantes venezuelanas ocupando funções tradicionalmente associadas ao cuidado e ao trabalho doméstico. Diaristas, babás e cuidadoras de idosos são profissões comuns entre essas mulheres, que muitas vezes trabalham para famílias de classe média e alta em bairros mais abastados da cidade.

Em Boa Vista, diante da falta de oportunidades laborais, pobreza e baixos ganhos em atividades informais, muitas imigrantes venezuelanas acabam optando pelo trabalho sexual como meio de subsistência. Essa profissão, bastante estigmatizada em sociedade cristãs e/ou conservadoras, expõe essas mulheres a um risco ainda maior de violência de gênero por serem prostitutas, mulheres e imigrantes, elementos que as colocam em situação de vulnerabilidade múltipla.

O Brasil, de 2010 a 2019, recebeu novos fluxos migratórios, os quais contrariam as tendências das migrações Sul-Norte e se caracterizam por serem mais masculinizados. Esse fato fez com que as experiências migratórias femininas ficassem invisibilizadas, posto que, em números absolutos, as mulheres imigrantes contabilizavam, em média, um terço das entradas no País, bem como eram menos presentes no mercado de trabalho. Contudo, a partir da segunda metade da última década, até a chegada da pandemia da covid-19, ocorreu um aumento no número de mulheres imigrantes chegando ao País e se inserindo no mercado de trabalho^{18,19}.

Nesse período, a presença de imigrantes sul-americanas e caribenhas se tornou mais expressiva, destacando-se as haitianas e as venezuelanas, em sua maioria, jovens e solteiras. Os principais setores de ocupação para essas mulheres foram os serviços, especialmente a limpeza em espaços públicos e empresas. Pesquisa também revela disparidades salariais entre homens e mulheres imigrantes, além de variações nos rendimentos conforme a nacionalidade. De maneira geral, a média salarial das

mulheres imigrantes no Brasil gira em torno de dois salários mínimos^{10,19,20}.

A análise das dinâmicas de gênero no contexto da migração Sul-Sul revela, portanto, um cenário marcado por desigualdades estruturais que se intensificam nas condições de trabalho das mulheres imigrantes. Assim, a migração feminina não apenas reproduz as assimetrias de gênero historicamente construídas, mas também as amplia, colocando as mulheres imigrantes em situações de extrema vulnerabilidade. Além disso, o patriarcado, tão vivo na atualidade capitalista, coloca as mulheres em situação de desigualdade, seja no processo de produção, seja no de reprodução social².

A inserção no mercado de trabalho da mulher imigrante não é determinada apenas pelo gênero, mas também por uma complexa rede que inclui a origem nacional, a condição socioeconômica e a pertença étnica.

A seguir, explorar-se-á como a classe social e a raça-etnia influenciam a trajetória dos imigrantes no Brasil, destacando-se as barreiras estruturais que limitam suas oportunidades e perpetuam a exploração de sua força de trabalho. A análise dessas interseccionalidades permite uma compreensão mais abrangente das dinâmicas de precarização que afetam os imigrantes, sobretudo aqueles provenientes do Sul Global e como essas dinâmicas reforçam as desigualdades históricas no contexto da globalização neoliberal.

CLASSE SOCIAL, RAÇA-ETNIA E TRABALHO DA MULHER IMIGRANTE

A interpretação dos fenômenos sociais à luz do marxismo clássico recorre à estratificação por classes sociais para determinar a posição dos indivíduos na sociedade, especialmente nas sociedades de classe. Essa categoria se encontra amplamente consolidada em estudos que adotam uma perspectiva histórica e dialética¹².

As classes sociais podem ser compreendidas como grupos ou estratos de indivíduos que se diferenciam pela posição objetiva que ocupam na estrutura produtiva da sociedade. Dessa

forma, o sistema de classes estabelece uma hierarquia, podendo ser definido como uma forma histórico-social de estratificação. Essa organização reflete as relações de poder e as desigualdades inerentes ao modo de produção, destacando como a posição ocupada na estrutura social influencia as condições materiais e as oportunidades de vida dos indivíduos²¹.

Além da classe social e do gênero, já abordados, a teoria da interseccionalidade se baseia também no marcador de raça-etnia. Inicialmente, é importante elucidar o conceito de racialização, entendido como os processos políticos, ideológicos e sociais que identificam e dicotomizam determinadas populações com base em suas características fenotípicas, sejam elas reais ou construções imaginárias. Tais processos atuam como mediadores das relações sociais entre brancos e não brancos, pois (re)produzem e sustentam hierarquias sociais fundamentadas em perspectivas discriminatórias. No caso do Brasil, os processos de racialização estão profundamente enraizados na ideia de branqueamento da população²²⁻²⁴.

Historicamente, a lógica higienista europeizante, ao impor a extinção do estrato não branco da população por meio da miscigenação, gerou não apenas violências contra essa população, mas também dificuldades no campo das ideias, particularmente no debate sobre o estrato branco e seus privilégios. O legado dessa lógica continua a produzir efeitos na atualidade, como a perpetuação do racismo estrutural, gerando disparidades políticas e sociais entre grupos com esses marcadores de diferença, ou seja, entre brancos e não brancos. Essas dinâmicas, direta ou indiretamente, também reverberam sobre os imigrantes, influenciando suas experiências e inserção na sociedade^{24,25}.

No entanto, a par de processos migratórios deletérios, no Brasil, parece existir um processo migratório bem-vindo, que se caracteriza pela entrada de imigrantes qualificados-especializados. Essa modalidade de imigração ocorre, em geral, mas não somente, por meio de circuitos legalizados e de entrada facilitada para atuação em diversos setores de peso da

economia nacional. É representada oficialmente como um produto da forte seletividade do mercado de trabalho, bem como das diretrizes da política nacional de desenvolvimento, principalmente para suprir a falta, no País, de profissionais qualificados para atuação em setores específicos³.

Essa tendência reflete uma seletividade do mercado de trabalho, alinhada às diretrizes de políticas nacionais de desenvolvimento, que buscam atrair mão de obra qualificada para áreas onde há escassez de profissionais. No entanto, essa imigração bem-vinda não é apenas uma resposta às necessidades econômicas, mas também um fenômeno que evidencia interseccionalidades de classe social e raça-etnia, uma vez que os imigrantes qualificados do Norte Global são, geralmente, brancos e oriundos de países de alta renda.

Essa dinâmica sugere uma seleção baseada na interseção entre classe social e raça-etnia. A preferência por imigrantes do mundo desenvolvido, associada ao perfil racial predominante nesses fluxos, reforça a hierarquização da força de trabalho no Brasil. Enquanto imigrantes brancos e com um perfil qualificados-especializados de países do Norte Global ocupam posições privilegiadas no mercado de trabalho, aqueles provenientes do Sul Global, especialmente negros e indígenas, enfrentam barreiras estruturais e de qualificação que os relegam a ocupações precárias e mal remuneradas.

Assim, a posição dos países na divisão internacional do trabalho os coloca historicamente em uma conjuntura de desigualdade, em particular com o processo colonial e neocolonial, determinando a racialização de povos e culturas, e a inferiorização e a discriminação decorrentes, as quais visam desvalorizar a força de trabalho.

A REALIDADE RESSALTADA

A realidade migratória no Brasil é marcada por uma predominância de imigrantes do Sul Global, que representam a maior parte dos

fluxos recentes. De acordo com o Relatório da Imigração no Brasil, disponível no Portal de Imigração Laboral, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 2023, citado por Vendramini², foram quase 400 mil movimentações de trabalhadores imigrantes internacionais no mercado formal brasileiro, com 47,2 mil vagas criadas para essa força de trabalho. Pelo segundo ano consecutivo, foram observados aumentos tanto na movimentação quanto nos postos de trabalho criados para imigrantes. Em relação às nacionalidades, além da permanência dos venezuelanos no primeiro posto, destaca-se a presença de cubanos, argentinos, paraguaios e angolanos. Quanto aos haitianos, que já foram a principal força de trabalho formal no País, pelo terceiro ano consecutivo, eles experimentam perdas de vagas².

O fluxo migratório haitiano é considerado o segundo maior deslocamento ao Brasil da última década. Dados indicam que mais de 100 mil haitianos migraram para o Brasil até 2018, sendo 64.628 homens e 30.869 mulheres, com predominância na faixa etária de 25 a 40 anos (57.385 pessoas)^{20,24,26-28}.

Esses números evidenciam a relevância dos haitianos na força de trabalho migrante do Brasil, reforçando a centralidade dos fluxos do Sul Global. No entanto, também destacam as dificuldades enfrentadas por esses grupos, especialmente em um cenário marcado pela precarização e instabilidade laboral²⁰.

No caso das mulheres imigrantes haitianas, as reverberações da xenofobia racializada impactam significativamente a dificuldade de acesso a oportunidades de emprego. O preconceito étnico-racial, direta ou indiretamente, afeta essas imigrantes, uma vez que, devido ao seu fenótipo caracteristicamente negro, são também racializadas e vistas como inferiores com base no marcador social raça-etnia²⁷. Essa dinâmica reforça a exclusão e a marginalização dessas mulheres, que enfrentam barreiras adicionais para se inserirem no mercado de trabalho, perpetuando ciclos de desigualdade e discriminação, como uma espécie de criminalização.

A criminalização dos imigrantes forçados à clandestinidade é outro mecanismo que reforça sua inferiorização e exploração. Segundo Basso e Perocco²⁹, o racismo é uma relação social de opressão que se manifesta nas interseções entre classe, raça, nação e gênero. No contexto brasileiro, a estigmatização dos imigrantes do Sul Global, sobretudo os que chegam ao Brasil em péssimas condições socioeconômicas, legitima práticas discriminatórias que contribuem para sua exclusão do acesso a direitos básicos e os submetem a condições de trabalho e vida degradantes. Essa dinâmica não apenas perpetua as desigualdades históricas, mas também reforça a divisão internacional do trabalho vigente.

No extremo norte do Brasil, em relação às imigrantes venezuelanas que se veem obrigadas a trabalhar como profissionais do sexo, pesquisas evidenciam que elas enfrentam múltiplas discriminações: por serem prostitutas, venezuelanas, boa parte de ascendência indígena ou negra. Essa descrição se encontra presente em narrativas midiáticas locais que frequentemente reforçam estereótipos principalmente relacionados com o seu trabalho. Tais representações midiáticas não apenas legitimam práticas discriminatórias como também contribuem para a marginalização dessas mulheres que exercem seu trabalho de maneira degradante, expondo-as a situações de violência e exploração, além de dificultar seu acesso a direitos básicos^{6,30}.

Em Boa Vista, capital do estado de Roraima, embora não existam dados oficiais que comprovem, é perceptível que mulheres imigrantes enfrentam condições vulneráveis de vida e trabalho, incluindo o baixo valor recebido por seus serviços. Há indícios de que os salários pagos a essas trabalhadoras sejam inferiores aos que seriam oferecidos a brasileiras em posições semelhantes, refletindo uma dinâmica de exploração que se alimenta da precariedade social dessas mulheres. Além disso, a falta de documentação regular e o desconhecimento dos direitos trabalhistas podem contribuir para que se sujeitem a ocupações desvalorizadas,

mal remuneradas e condições desfavoráveis de trabalho, perpetuando o ciclo de vulnerabilidade. Essa realidade evidencia como as desigualdades de classe, gênero e raça-etnia, somadas à condição de imigrante, reforçam a marginalização dessas mulheres e a precariedade em termos de qualidade de vida.

Uma das consequências dessa condição multifacetária é a violência contra mulheres imigrantes em situações laborais precarizadas, como as que atuam na prostituição, a qual perpassa interseccionalidades de gênero e raça-etnia, o que intensifica sua vulnerabilidade a violências potenciais e reais. A discriminação baseada na nacionalidade, articulada ao classismo, machismo, racismo e à xenofobia, conforma um cenário em que, além da violência estrutural representada pela ausência de direitos, existem agressões de diferentes ordens tanto por parte da população nativa como por parte de agressores se aproveitam da condição de mulher imigrante, estrangeira, indígena ou negra para impetrar violências⁶. Essa sobreposição de opressões reflete as desigualdades estruturais que marcam o trabalho dessas mulheres, evidenciando como a interseção entre as categorias classe social, gênero e raça-etnia determinam diretamente as condições de vida e trabalho dessas mulheres, reforçando ciclos de exclusão e violência.

Considerações finais

Este ensaio pretendeu mostrar que a interseccionalidade entre gênero, classe social e raça-etnia revela como as mulheres imigrantes, especialmente as provenientes de países do Sul Global, enfrentam múltiplas formas de opressão, ocupando frequentemente ocupações precárias, informais e desvalorizadas. Tais formas de opressão são originárias da articulação estrutural entre o capitalismo neoliberal que determina desigualdades e iniquidades de classe; o androcentrismo que determina desigualdades e iniquidades de gênero; e o racismo-etnicismo que determina desigualdades

étnico-raciais, reforçando a marginalização dessas trabalhadoras no mercado laboral e, conseqüentemente, na vida.

Trata-se de um fenômeno profundamente marcado por interseccionalidades de gênero, raça-etnia e classe social. Tal precarização reforça ciclos de marginalização e desigualdade. A interseccionalidade entre esses marcadores sociais revela como as estruturas de poder e opressão se entrelaçam, perpetuando a subalternidade das mulheres imigrantes também em relação a vida laboral. A xenofobia, o racismo e o sexismo contribuem para que essas trabalhadoras sejam vistas como de menor valor. Assim, a precarização do trabalho não é apenas uma questão econômica, mas também um reflexo das desigualdades históricas e estruturais que marcam a divisão do trabalho.

A reflexão sobre a precarização do trabalho de imigrantes sob uma perspectiva interseccional se mostrou adequada para compreender como gênero, raça-etnia e classe social se entrelaçam, ampliando a vulnerabilidade desses grupos. Essa abordagem revelou a estigmatização, a violência e a marginalização

enfrentadas por essas mulheres, agravadas por sua condição de estrangeiras, pobres e, muitas vezes, racializadas.

Compreender a precarização do trabalho das mulheres imigrantes no Brasil exige, portanto, uma abordagem que considere as múltiplas opressões que essas mulheres enfrentam. A superação desse cenário demanda políticas públicas inclusivas, que garantam direitos trabalhistas, proteção social e combate à discriminação, além de uma mudança cultural que reconheça a dignidade e a humanidade de populações migrantes. Somente com ações efetivas e integradas será possível romper com as iniquidades que perpetuam a subalternidade e a exploração das mulheres imigrantes no contexto da migração Sul-Sul.

Colaboradores

Arruda-Barbosa L (0000-0002-2679-5898)*, Melo Filho JMM (0000-0001-5744-8648)* e Fonseca RMGS (0000-0001-9440-0870)* contribuíram igualmente para elaboração do manuscrito. ■

Referências

1. Villen PA. A face qualificada-especializada do trabalho imigrante no Brasil: temporalidade e flexibilidade. *Cad CRH*. 2017;30(79):33-50. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792017000100003>
2. Vendramini CR. A reprodução social dos trabalhadores imigrantes. *Serv Soc Soc*. 2025;148(3):e6628431. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.431>
3. Baeninger R. Estrangeiros autorizados a trabalhar no Brasil [Internet]. In: Baeninger R, Jakob AAE, organizadores. *Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*. Brasília: CGEE; 2010 [acesso em 2025 jun 22]. p. 443-507. Disponível em: <https://silo.tips/download/capitulo-5-estrangeiros-autorizados-a-trabalhar-no-brasil>
4. Arruda LB, Araujo AP. A migração boliviana para trabalho nas feiras livres de Corumbá-MS. *Rev GeoPantanal* [Internet]. 2021 [acesso em 2025 jun 22];16(31):182-98. Disponível em: <https://www.periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/15419>

*Orcid (Open Researcher and Contributor ID).

5. Silva LN, Barreto F, Barreto TM. Saúde e migração em Roraima: rede social migratória e impactos psicossociais na vida do migrante venezuelano enquanto trabalhador informal. *Saúde Redes*. 2021;6(3):207-21. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190730>
6. Arruda-Barbosa L, Menegatti MS, Fonseca RM, et al. Violence suffered by Venezuelan immigrant female sex workers: an intersectional view. *Rev Esc Enferm USP*. 2024;58:e20230282. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0282en>
7. Pachi P. A precarização do trabalho do imigrante haitiano em São Paulo. *Travessia Rev Migrante*. 2021;88:25-42. DOI: <https://doi.org/10.48213/travessia.i88.952>
8. Arruda-Barbosa L, Melo-Filho JM, Silva PS. Impacto das migrações forçadas na rotina de unidades hospitalares. In: Oliveira AB, organizador. *Hospitais seguros e resilientes: desafios e estratégias de preparação e resposta a emergências e desastres*. Curitiba: CRV; 2024. p. 303-320. DOI: <https://doi.org/10.24824/978652516889.0>
9. Arruda-Barbosa L, Sales AF, Torres ME. Impact of the Venezuelan migration in the routine of a reference hospital in Roraima State, Brazil. *Interface (Botucatu)*. 2020;24:e190807. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.190807>
10. Eberhardt LD, Miranda AC. Saúde, trabalho e imigração: revisão da literatura científica latino-americana. *Saúde debate*. 2017;41(Esp 2):299-312. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042017S225>
11. Gomes R. *Sexualidade masculina, gênero e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2008.
12. Egry EY, Fonseca RM, Oliveira MA. Ciência, saúde coletiva e enfermagem: destacando as categorias gênero e geração na episteme da práxis. *Rev Bras Enferm*. 2013;66:119-33. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000700016>
13. Crenshaw K. Demarginalizing the intersection of race and sex. *U Chi Legal F*. 1989;139.
14. Crenshaw K. Why intersectionality can't wait. *The Washington Post* [Internet]. 2015 set 24 [acesso em 2025 jun 22]; Opinion. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/in-theory/wp/2015/09/24/why-intersectionality-cant-wait/>
15. Oliveira E, Couto MT, Separavich MA, et al. Contribuição da interseccionalidade na compreensão da saúde-doença-cuidado de homens jovens em contextos de pobreza urbana. *Interface (Botucatu)*. 2020;24:e180736. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.180736>
16. Meneghetti FK. O que é um ensaio-teórico? *Rev Adm Contemp*. 2011;15(2):320-32. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010>
17. Müller VB. Historicizando o conceito de gênero: da antropologia feminista à educação musical. *Rev da ABEM*. 2021;29:199-213. DOI: <https://doi.org/10.33054/ABEM20212911>
18. Tonhati TM, Macêdo M. Os impactos da pandemia de Covid-19 para as mulheres imigrantes no Brasil: mobilidade e mercado de trabalho. *Soc Estado*. 2021;36(3):891-914. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136030003>
19. Tonhati TM, Macêdo M. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019) [Internet]. In: Cavalcanti L, Oliveira T, Macêdo M, organizadores. *Imigração e refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020*. Brasília, DF: OBMigra, Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral; 2020 [acesso em 2025 jun 22]. p. 41-111. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>
20. Eberhardt LD, Schütz GE, Bonfatti RJ, et al. Imigração haitiana em Cascavel, Paraná: ponto de convergência entre história(s), trabalho e saúde. *Saúde debate*. 2018;42(118):676-86. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811811>
21. Fonseca RM, Egry EY, Bertolozzi MR. O materialismo histórico e dialético como teoria da cognição e

- método para a compreensão do processo saúde-doença [Internet]. In: Egry EY, Cubas MR, organizadoras. O Trabalho da Enfermagem em Saúde Coletiva no Cenário CIPESC. Curitiba: Associação Brasileira de Enfermagem – Seção Paraná; 2006 [acesso em 2025 jun 22]. p. 19-61. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001590819>
22. Bento MA. Branqueamento e branquitude no Brasil [Internet]. In: Carone I, Bento MA, organizadoras. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes; 2002 [acesso em 2025 jun 22]. p. 25-28. Disponível em: https://arquivos.ufrj.br/arquivos/2023019241f3403624781d570690fe5f6/Psicologia_Social_Do_Racismo_Estudos_Sobre_Branquitude_E_Branqueamento.pdf
23. Cashmore E. Dicionário das relações étnicas e raciais. São Paulo: Summus; 2000.
24. Gil PH, Pizzinato A. Análise psicossocial do processo migratório de haitianos(as) ao Brasil: uma perspectiva interseccional de raça-etnia, gênero e idade. REMHU Rev Interdiscip Mobil Hum. 2023;31(68):165-83. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006811>
25. Oliveira L. Imigrantes, xenofobia e racismo: uma análise de conflitos em escolas municipais de São Paulo [tese]. São Paulo: Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica; 2019. 228 p.
26. Instituto Migrações e Direitos Humanos, organizador. Migrações, Refúgio e Apatridia. Guia para Comunicadores [Internet]. [local desconhecido]: IMDH; 2019 [acesso em 2025 mar 12]. 28 p. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Cartilha-multilinguas-Web.pdf>
27. Pizzinato A, Silveira T, Weber JL, et al. Mídias sociais e relações de apoio: redes da imigração haitiana. Rev Psicol Polít. 2022 [acesso em 2025 mar 12];22(54):378-393. Disponível em: <https://submission-pepsic.scieio.br/index.php/rpp/article/view/20334/1489>
28. Cavalcanti L, Oliveira A, Macedo M. Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020 [Internet]. Brasília, DF: OBMigra, Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral; 2020 [acesso em 2025 mar 7]. 276 p. Série Migrações. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf
29. Basso P, Perocco F. Gli immigrati in Europa: Disegualanze, razzismo, lotte. Milano: Franco Angeli; 2003.
30. Prado MM, Neves AP, Albuquerque NM. Xenofobia e violência de gênero: uma análise de manchetes veiculadas no webjornalismo brasileiro sobre mulheres venezuelanas. Rev Interdiscip Direitos Humanos. 2021;9(1):319-34. DOI: <https://doi.org/10.5016/ridh.v9i1.57>

Recebido em 31/03/2025

Aprovado em 12/07/2025

Conflito de interesses: inexistente

Disponibilidade de dados: os dados de pesquisa estão contidos no próprio manuscrito

Suporte financeiro: não houve

Editor responsável: Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos